

ANC 29 ABR 1987
ANJ defende imprensa
livre na Constituinte
JORNAL DO BRASIL p 12

Brasília — A liberdade de imprensa, assegurada pela livre iniciativa e pela economia privada, foi defendida pelo presidente da ANJ (Associação Nacional de Jornais), José Antônio do Nascimento Brito, na reunião de ontem da subcomissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação, da Assembléia Nacional Constituinte.

— Entendemos que a Constituição do país deve estar livre das normas que, em nome da segurança do Estado e da moralidade pública, submetem a liberdade de expressão a limites e ressalvas — declarou o presidente da ANJ.

Divergência

Dos debates na subcomissão participaram, além de José Antônio, os presidentes da Fenaj (Federação Nacional dos Jornalistas), Armando Rollemberg, e da Aner (Associação Nacional dos Editores de Revistas), Roberto Civita. A Fenaj defendeu na reunião a democratização dos meios de comunicação e a formação de conselhos editoriais e nacionais de comunicação que orientariam a política de comunicação do país e outorgariam as concessões de rádio e televisões. Divergiram a ANJ e a Aner, que defendem a livre iniciativa, a exclusão de dispositivos constitucionais que restrinjam a liberdade dos veículos de imprensa e o fim da tutela governamental sobre os meios de comunicação de massa.

José Antônio do Nascimento Brito alertou que, se os conselhos forem aprovados, os proprietários de jornais não irão participar dos mesmos. Segundo José Antônio, "os jornais são julgados, diariamente, por seus leitores". Ele considerou "uma tentativa de assalto aos critérios de edição de um jornal" a tese

defendida pelo presidente da Fenaj. Armando Rollemberg disse que defendia a "democratização da empresa para limitar a censura econômica do próprio dono do jornal", através do conselho editorial.

— Sem publicidade, a informação e a cultura dela decorrentes seriam privilégios odiosos de uma minoria elitizada. Sem preconceitos, podemos afirmar que a publicidade fez mais no ocidente, pela democratização da cultura, que todos os discursos culturais juntos — argumentou o presidente da ANJ.

O presidente da Aner, Roberto Civita, em sua exposição aos membros da subcomissão, afirmou que a Federação Nacional dos Jornalistas, nessa sua cruzada visando "democratizar" a informação, quer que o exercício da atividade jornalística seja confiado apenas a sociedades não lucrativas, sejam elas sociedades civis ou fundações.

— Ao referido Conselho Nacional de Comunicação competiria a gestão ou a fiscalização "democrática" das empresas jornalísticas, por essa altura deficitárias e, como tal, dependentes. O conselho definiria até as respectivas linhas editoriais — afirmou Civita — e, resalte-se, dando destino às verbas publicitárias do governo. Com tais medidas, e alguns detalhes que teve o pudor de, por hora, omitir, estaria, no ver da Federação dos Jornalistas, garantida a democratização da informação no país. Ou, como alguns definem de maneira diferente, "o direito à auto-expressão da sociedade". Mas — concluiu Civita — se isso acontecer, estaria garantido o funeral, sem maior pompa, da liberdade de expressão e de todas as demais liberdades. O funeral da própria democracia.